

## Assembléia decide por unanimidade a continuidade da greve!

### Assim não dá:

Reajuste na data-base: 0%

Política salarial:

- em outubro de 2004 - 80% de 0
- em janeiro de 2005 - o restante de 0

Um Reitor deveria ser representante da Universidade perante o governo. Não o contrário.

Sem pressão no Alckmin e na Assembléia Legislativa, o arrocho dos salários, do custeio e do investimento vai continuar. Queremos 11,6% do ICMS na LDO, já!



Daniel Garcia

### Terça, 15/6

Assembléias setoriais 10h

Assembléia geral da Adusp 14h (local a confirmar)

### Quarta, 16/6

Passeata, com concentração no Masp a partir das 12h

Ato na Assembléia Legislativa às 14h

### Calendário de atividades

**Quarta, 9/6** - Reunião aberta do Conselho de Representantes, na Adusp, para organizar as atividades de greve, às 12 horas.

**Segunda, 14/6** - Pela manhã, panfletagem na entrada e nas unidades do campus em São Paulo. Às 14 horas, debate com deputados sobre o financiamento da universidade, no campus (em local a definir).

**Terça, 15/6** - Assembléias setoriais nas unidades, às 10 horas. Assembléia geral da Adusp, às 14 horas. O reitor Adolpho Melfi será convidado a comparecer.

**Quarta, 16/6** - Às 12 horas, passeata saindo do Masp, seguindo até a Assembléia Legislativa, onde será realizado ato público, para pressionar deputados e o governo Alckmin pela aprovação de 11,6% do ICMS para as universidades estaduais paulistas.

**Quinta, 17/6** - Debate sobre a reforma universitária, às 11 horas, no gramado da Reitoria.

**Sexta, 18/6** - Negociações com o Cruesp. Ato em Campinas às 13 horas.

# Chuva, frio, e uma bela passeata do Masp à Assembléia

A passeata organizada pelo Fórum das Seis no dia 3/6 não se deixou intimidar nem pela chuva, nem pelo frio, e foi um sucesso. A concentração no Masp, animada por muitos apitos e uma bateria de samba, reuniu 3.000 pessoas — docentes, funcionários e estudantes da USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza (Ceeteps), gente da capital e de diversas cidades do interior. A passeata tomou a Avenida Paulista, dobrou na Brigadeiro Luis Antonio, passou diante da Reitoria da Unesp — onde foi homenageada com uma chuva de papel picado — e seguiu até a Assembléia Legislativa, onde estava prevista uma audiência pública da Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia.

Ao longo do trajeto, os re-

presentantes do Fórum das Seis revezaram-se ao microfone do caminhão de som, explicando à população as razões da greve. Manifestantes distribuíram milhares de panfletos. Foi realizado um ato diante da Assembléia.

Na próxima quarta, 16/6, o Fórum das Seis vai repetir a dose, agora com energias redobradas pelo crescimento da greve e pela provável adesão das faculdades de tecnologia, as Fatecs. Além disso, será incluída na agenda da greve, nas próximas assembleias das categorias, a realização de passeata e ato diante do Palácio dos Bandeirantes — afinal de contas, o governador Alekmin é o principal responsável pela crise de financiamento das universidades públicas estaduais e do Ceeteps.



Passeata: disposição de luta venceu o frio e a chuva

## Boicote governista não impede a audiência pública

Docentes, funcionários e estudantes das três universidades públicas estaduais e do Centro Paula Souza (Ceeteps) lotaram a sala da Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa, na audiência pública realizada em 3/6 sobre o decreto-lei 48.034/03, que trata da isenção do ICMS nas compras de mercadorias, bens e serviços pelos órgãos da administração do Estado de São Paulo, suas autarquias e fundações; e sobre o aumento da alíquota do ICMS para as universidades públicas estaduais para 11,6% e 2,1% para o Ceeteps, reivindicado pelo Fórum das Seis.

Os deputados governistas decidiram ausentar-se da Comissão, retirando o quórum necessário à votação de propostas. Apesar disso, o deputado Jonas Donizette (PSB), presidente da Comissão, manteve a audiência pública.

A audiência teve início antes da chegada da passeata ao Ibirapuera. Quando os manifestantes conseguiram,

aos poucos, entrar na Assembléia — apesar da chuva e do frio, a PM só permitia a entrada de grupos de quatro pessoas — a sala da Comissão já estava repleta. Entre os presentes, docentes de diversas unidades da USP.

Vários representantes das entidades que constituem o Fórum das Seis manifestaram-se na audiência. O professor Francisco Miraglia, vice-presidente da Adusp, leu e apresentou, ponto por ponto, o documento enviado pelo Fórum das Seis à Assembléia, denunciando o “golpe do Geraldo”, que vem a ser o decreto-lei 48.034/03, por meio do qual o governo reduz a arrecadação de ICMS e, assim, diminui os repasses vinculados (municípios, universidades públicas estaduais, Fapesp).

O professor defendeu as emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) apresentadas pelo Fórum das Seis: a que aumenta de 9,57% para 11,6% da cota-parte do ICMS do Estado, a que destina 2,1%

da cota-parte do ICMS para o Ceeteps e a que fixa em, pelo menos, 36% das receitas tributárias do Estado (em vez dos 30% atuais) a verba destinada à educação em todos os níveis. “Seria extremamente importante que a Comissão aprove essas emendas e as recomende ao plenário da Casa”, disse ele.

A representante do Sinteps, Denise Rykala, informou que participara naquele dia de uma decepcionante reunião com o governo para discutir a questão salarial do Ceeteps. “Nesses dez anos o governo esqueceu que o Ceeteps existia, a não ser para fazer propaganda. Nós não somos tratados com seriedade”. Ela afirmou que a situação dos 7.000 trabalhadores do Ceeteps (docentes e funcionários) é muito grave, pois estão sem reajuste desde 1996, o que levou à recente greve na instituição. “Ficamos dois meses com os salários cortados, daí a suspensão da greve”.

O presidente da Adusp, professor Américo Kerr, destacou a importância da passeata em

defesa da educação pública e particularmente do ensino superior. Observou que no Estado de São Paulo somente 10% das vagas existentes no ensino superior estão nas universidades públicas e que portanto 90% estão em instituições privadas, o que é uma situação desastrosa, porque a educação não é mercadoria, mas direito do cidadão.

“O governador Geraldo Alekmin fez um trambique com o decreto-lei 48.034/03”, declarou o presidente da Adusp. “Nosso movimento está começando a mostrar força aqui, porque é essencial tirar a universidade da penúria. A LDO deve incorporar as reivindicações da comunidade universitária e da população”.

O representante do DCE, Rodolfo Viana, lembrou que além do aumento de verbas há necessidade de democracia na Universidade. Ele destacou a importância da luta por eleições diretas para Reitor e por comissões paritárias, e denunciou a privatização “por dentro”,

praticada pelas fundações.

O professor Milton Neves, da Adunesp e coordenador do Fórum das Seis, denunciou a “política eleitoreira de expansão de vagas” do governo Alekmin, bem como “a política de arrocho dos serviços públicos em geral, que agora chega à Universidade”. “Não queremos que aconteça com as universidades o que aconteceu com o ensino fundamental”.

Os deputados da Comissão presentes — além de Jonas Donizette, Maria Lúcia Prandi (PT) e Vicente Cândido (PT) — expressaram solidariedade às reivindicações do Fórum das Seis. Ana Martins (PCdoB) e Sebastião Arcanjo (PT), que não pertencem à Comissão mas assistiram parte da audiência pública, também declararam apoio aos manifestantes. “A base do governo esvaziou a reunião, é preciso denunciar isso”, disse Arcanjo, acrescentando que “a blindagem da mídia protege Alekmin”.

# Explicando a fórmula da “Política Salarial” do Cruesp

Na reunião do dia 7/6/04 o Cruesp reiterou o índice de 0% na data-base e apresentou a seguinte proposta de política salarial:

1) O salário em outubro de 2004 seria calculado aplicando ao salário de setembro o fator multiplicativo  $f$  abaixo, se  $A$  for um valor positivo

$$f = 1 + \frac{A}{8,33 S_9} \times 0,7$$

Nesta expressão,  $S_9$  é a massa salarial de setembro de 2004; 8,33 é um fator de correção, a ser explicado adiante; e a quantia  $A$  é determinada por:

$$A = 0,0957 \times 0,84 \times [I_1 + I_2 + \dots + I_6 + 2(I_7 + I_8 + I_9) - 33,5]$$

onde  $I_n$  é o ICMS do mês  $n$  ( $1 =$  janeiro,  $2 =$  fevereiro, etc.). Tanto  $I_n$ , quanto  $S_9$  e  $A$  são dados em bilhões de reais.

É necessário notar que  $A$  apenas resultará positivo se a somatória do ICMS (realizado até setembro e estimado para os meses subsequentes,  $I_{10}$ ,  $I_{11}$  e  $I_{12}$ ) superar R\$ 33,5 bilhões, uma estimativa demasiadamente alta na atual conjuntura.

A fórmula apresentada é análoga àquela negociada com o Cruesp em 14 de junho de 2000.

Entretanto, esta fórmula apresenta diferenças fundamentais em relação a vários parâmetros frente àquela de 2000, que a tornam inaceitável.

2) Deixando claro como é conservadora a proposta, o fator 0,7 na fórmula de  $f$  significa que, em outubro, apenas 70% do quociente de  $(A/8,33S_9)$  será repassado aos salários, constituindo-se com os restantes 30% um fundo para eventuais imprevistos na evolução do ICMS.

Caso não haja imprevistos, o fundo seria repassado aos salários em janeiro de 2005, utilizando-se os valores finais da arrecadação do ano de 2004. Após insistência do Fórum das Seis, o Cruesp trocou a proposta inicial de 30% de fundo de reserva para 20%, isto é: o 0,7 foi mudado em  $f$  para 0,8 (que é o valor original negociado em 2000).

3) Foi declarado na mesa de negociação que os R\$ 33,5 bilhões da fórmula foram determinados de modo que o comprometimento da Unicamp com salários convergisse, dos cerca de 95% onde estão hoje para 88% em dezembro/2004. A fórmula acima tem altíssima probabilidade de significar mais dois 0% de reajustes, tanto em outubro de 2004 quanto em janeiro de 2005.

A troca feita pelo Cruesp de R\$ 33,5 bilhões por R\$ 32,8 bilhões não melhora significativamente as chances de termos algum reajuste, seja em outubro de 2004, seja em janeiro de 2005. No início das negociações o Cruesp insistia que o orçamento das universidades estava baseado na estimativa de arrecadação do governo para 2004, que é de R\$ 31,3 bilhões; este deveria ser o parâmetro aceitável na negociação.

4) Explicando ainda os outros fatores que aparecem nas expressões:

- O número 0,0957 (em  $A$ ) corresponde aos 9,57% por cento do ICMS destinados às universidades;

- O fator 0,84 (em  $A$ ) indica a divisão entre salários e custeio; isto é, 84% da diferença apurada iria para os salários, enquanto que 16% iriam para custeio;

- O fator de correção 8,33 (em  $f$ ) refere-se ao número de meses desde novembro de 2004 a maio de 2005, acrescido de décimo terceiro e um terço de férias. Assim, a quantia  $A$  conteria a previsão para financiar todo o reajuste de salário até a próxima data-base.

## Análise da Proposta

Na reunião que tivemos na sexta-feira com a Comissão técnica do Cruesp, os técnicos assumiram pela primeira vez que configura-se um crescimento consistente da arrecadação do ICMS desde o segundo semestre do ano passado. Mas do ponto de vista de orientação para uma política salarial, queriam determiná-la estritamente a partir de uma relação entre crescimento da arrecadação e comprometimento do orçamento com salários.

A proposta dos Reitores deixou claro a profundidade desta pretensão: a sua perspectiva é de que o aumento da arrecadação que deve ocorrer neste ano destine-se integralmente para o custeio da universidade, enquanto nossos salários vêm-se corroídos pelo processo inflacionário, além do confisco previdenciário de 5% ocorrido no ano passado. Utilizam-se assim do arrocho salarial para ajustar suas contas, a

mesma prática dos governos estadual e federal

Registramos abaixo algumas considerações sobre a proposta apresentada.

a) A proposta baseia-se apenas no objetivo de reduzir o comprometimento salarial acumulado no ano pela Unicamp, de cerca de 95% para 88% (depois revisado para 90%), conforme declarado explicitamente pelo presidente do Cruesp. O Fórum insistiu que isto seria incompatível com manter níveis mínimos de reajustes salariais e que seria indispensável ocorrer uma repartição do crescimento da arrecadação entre salários e custeio.

Só para se ter uma idéia, a tabela abaixo indica, tendo em conta as próprias contas do Cruesp, quais seriam as possibilidades de mudança no parâmetro R\$ 33,5 bilhões – acima mesmo da previsão dita otimista do Fórum das Seis – e os comprometimentos associados

na Unicamp e USP (o comprometimento da Unesp é pouca coisa menor que o da Unicamp). Para esta tabela utilizamos o fato de que nos últimos anos o comprometimento acumulado da USP tem sido cerca de 93% daquele da Unicamp.

A tabela mostra de onde surgiu a proposta de substituir R\$ 33,5 bilhões por R\$ 32,8 bilhões: trata-se de fazer convergir o comprometimento acumulado neste ano pela Unicamp para 90%. Note também que a cifra antecipada pelo Governo do Estado para a arrecadação do ICMS deste ano, R\$ 31,3 bilhões, aparece na última linha da tabela. Importante ressaltar, também, que colocar a Unicamp com 90% de comprometimento acumulado em um ano que começou apertado, significará que em outubro o comprometimento mensal já estará na casa dos 83%, projetando uma situação bem melhor para os meses seguintes. Já os salários ...

b) Em 2000 a política sala-

Comprometimento da USP	Comprometimento da Unicamp	Parâmetro de Arrecadação na Política Salarial
81,8%	88%	R\$ 33,5 bilhões
83,7%	90%	R\$ 32,8 bilhões
84,6%	91%	R\$ 32,4 bilhões
86,5%	93%	R\$ 31,7 bilhões
87,4%	94%	R\$ 31,3 bilhões

rial proposta vinha acompanhada de 11,25% de reajuste na data-base, a incorporação dos 3,75% de abono em janeiro/2001, além de um parâmetro de arrecadação total (naquela época R\$ 20,4 bilhões) que não inviabilizavam algum reajuste em outubro/2000 e em janeiro/2001.

c) De forma alguma devemos subestimar obtermos uma fórmula explícita para uma política salarial, insistindo sempre que deve ser acompanhada de reajuste digno na data-base, uma questão na qual os Reitores permanecem irredutíveis, muito especialmente o reitor da Unicamp (como em 2000).

d) A postura dos Reitores na mesa de negociação indica subserviência à determinação do governo Alekmin de não conceder reajuste algum e de ameaçar a autonomia universitária. Para surpresa de todo o Fórum, o presidente do Cruesp indicou que só estavam fazendo a proposta de política salarial porque o comprometimento das receitas líquidas do Estado estava abaixo do limite prudencial associado à Lei de Responsabilidade Fiscal!!! Essa é uma lei de irresponsabilidade social: dá prioridade absoluta ao pagamento da dívida com os banqueiros, deixando de lado a enorme dívida social.

*continua na página 4...*

# Unidades se sentem prejudicadas com novas normas de concessão de bolsas PIBIC

As novas normas de concessão de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), formuladas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e adaptadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa da USP, estão provocando descontentamento e indignação em várias unidades. A principal insatisfação: a instituição de um sistema de classificação dos docentes, que prioriza aqueles vinculados a programas de pós-graduação com as melhores notas pela avaliação da Capes, e ao qual a concessão de bolsas PIBIC passa a subordinar-se.

A Congregação do Instituto de Geociências aprovou, em 26/5, o envio de recurso ao Conselho Universitário (CO) para que as novas normas do PIBIC sejam revistas. O recurso se baseia no argumento de que o IGe possui apenas quatro programas de pós-graduação, dos quais um, que possui conceito 7, se sobressai perante os demais, cujo conceito é 4. Dessa forma os orientadores de cursos com nota 4 ficam prejudicados, já que seus trabalhos

jamais serão considerados prioritários. Também a Comissão de Pesquisa da Escola de Comunicações e Artes (ECA) prepara documento, a ser enviado à Pró-Reitoria de Pesquisa, contestando o novo sistema.

O assunto foi tratado em reunião, no dia 8/6, convocada pela Pró-Reitoria de Pesquisa. Na ocasião, o professor Horstpeter Ulbrich, presidente da Comissão de Pesquisa do IGe, explicou a situação de sua unidade e ampliou o exemplo para outros casos, como o da Faculdade de Medicina, que, se seguir as regras impostas, “automaticamente deixará de fora áreas extremamente importantes”, que possuem notas inferiores na pós-graduação. Por isso, pediu que “os critérios antigos, nos quais eram mais valorizados pontos como o histórico escolar do aluno, sejam reconsiderados”.

## Prejuízos na FOB e no IEB

A professora Maria Inês Pegoraro-Krook, da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB), também sentiu sua unidade prejudicada. O

curso de Fonoaudiologia, por exemplo, que ainda não possui programa de pós-graduação, teria seus docentes classificados com as letras E e F. “Nós temos um histórico de bolsas, mas com as novas normas ficamos de fora”, criticou. “Se é um professor ou outro, tudo bem, mas é um curso inteiro”, disse.

O Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), que também não possui programa de pós-graduação, dada sua característica de interdisciplinaridade, viu-se igualmente afetado. “É um critério que prejudicou muito a situação dos museus e institutos”, disse a professora que representa a unidade.

Em relação à FOB, o pró-reitor Luiz Nunes disse se tratar de “uma situação especial”, sem apresentar solução para o caso. “Com certeza há outras situações especiais em que vamos ter que repensar o processo”, completou. Quanto ao IEB, o pró-reitor disse que era uma situação prevista, e “foi considerado que a pessoa não precisa estar associada à pós-graduação da sua unidade”. No entanto, a representante do IEB apontou a dificuldade

de se trabalhar com as outras unidades. “Quando você sai para outras unidades, você descaracteriza o Instituto, porque nós trabalhamos com arquivos, e não com bichinhos ou pessoas”, disse.

Sobre o recurso a ser solicitado pelo IGe, o Pró-Reitor declarou: “Nós entendemos que é impossível mudar as regras no meio do jogo. É um problema complexo, estamos cientes disso. Mas se o CO decidir que tem que mudar, nós acataremos.”

## “Discentes foram esquecidos”

O professor Amílcar Zani Neto, presidente da Comissão de Pesquisa da ECA, critica o sistema de classificação, apontando seus reflexos na unidade: “Na área de Comunicação, por exemplo, que tem notas baixas pela Capes, os docentes vão direto para a classificação D ou E”, explica. Ele ressalta ainda o fato de os alunos pouco contarem nesse processo. “O CNPq jogou a classificação em cima dos orientadores, esquecendo-se da importância do discente”, disse.

A representante discente de pós-graduação da Co-

missão de Pesquisa da ECA, Cristina Bonfiglioli, acredita que o sistema apresenta “incoerência muito grande”, porque apesar de as bolsas de iniciação científica serem destinadas à graduação, acaba se considerando muito mais o desempenho da pós-graduação. Ela também critica a utilização da avaliação da Capes como primeiro critério utilizado na classificação do docente. “A partir disso, todos os professores da ECA são colocados num nível muito baixo, sendo que outros critérios que já existem na Fapesp ou no próprio CNPq, que representam melhor a classificação individual do professor, não são levados em conta”, afirma.

Em debate realizado no dia 2/6, no Instituto de Física (IF), o professor João Zanic considerou que processo “deveria ser o inverso”, isto é, que os programas de bolsa deveriam “fomentar pesquisas que não são estreladas, exatamente para que elas possam crescer”. Convidados a participar, o presidente do CNPq, professor Erney Plesmann, e o pró-reitor Luiz Nunes não compareceram ao evento.

## ... continuação da página 3

e) O Fórum das Seis reivindicou aos Reitores que participem ativamente da luta pelo aumento da dotação orçamentária das universidades e do Centro Paula Souza na LDO, pressionando deputados e Governador. Esperamos que a reação do Reitor da USP não seja parecida com a declarada pelo Reitor da Unesp na mesa de negociações: “Desejamos a vocês boa sorte”.

A universidade pública está sob séria ameaça. Nossa mobilização deve manter

a pressão sobre os Reitores para uma negociação efetiva das nossas reivindicações, ao mesmo tempo em que desenvolvemos métodos e meios para pressionar os deputados na Assembléia Legislativa e o Governo do Estado, que controla a bancada majoritária naquela casa, garantindo a sobrevivência de uma universidade que continue, com todas as dificuldades que conhecemos, a desenvolver ensino, pesquisa e extensão de qualidade.

## Proposta de pauta para as assembleias setoriais de 15/6

- 1) Organização do movimento em cada unidade
- 2) Organização da participação nos atos e atividades gerais da Adusp, conforme calendário aprovado na assembleia de 8/6
- 3) Discussão da conveniência de apresentarmos contraproposta ao Cruesp, dentro dos parâmetros já discutidos pela Adusp, tanto em relação ao reajuste na data-base quanto à política salarial